

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Objeto: ESTUDO TÉCNICO DE VIABILIDADE PARA CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS PÚBLICOS OFICIAIS, DEVIDAMENTE CREDENCIADOS PELA JUNTA COMERCIAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ESTRUTURAÇÃO E REALIZAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS, PRESENCIAIS OU ELETRÔNICOS, VISANDO À ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ - PR, INCLUINDO LEVANTAMENTO, AVALIAÇÃO, DIVULGAÇÃO, CONDUÇÃO DOS LEILÕES E PROCEDIMENTOS DECORRENTES, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

1.2. Por se tratar de um objeto de baixa complexidade¹, os estudos preliminares serão simplificados, contemplando apenas os incisos básicos previstos no art. 18, §2º da Lei 14.133/2021.

1.3. Salvo melhor juízo (em parecer contábil) os materiais a serem adquiridos constituem-se de custeio (correntes). Portanto, sujeito a recursos de custeio. Não se tratando de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental (art. 16 da Lei 101/2000);

1.4. JUSTIFICATIVA DO NÃO USO DO CATALÓGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL:

1.4.1. A institucionalização do catálogo ficou a cargo da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia (SEDGG/ME), conforme portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022.

1.4.2. Até o momento, somente a água mineral natural, Café e Açúcar consta já padronizado no Catálogo Eletrônico do Governo Federal (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>).

2. NECESSIDADES DA CONTRATAÇÃO (art. 18, I c.c §1º da Lei 14.133/2021)

¹

Baixa Complexidade: São as contratações de bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, sem a necessidade de adaptações ou inovações. Neste tipo de licitação, a disputa é mais simplificada, geralmente envolvendo preços como critério de seleção, podendo ser realizada por meio de pregão, por exemplo.

Alta Complexidade: São as contratações de bens e serviços especiais, obras e serviços de engenharia, bem como a contratação integrada, em que há a necessidade de inovação, desenvolvimento tecnológico, adaptação ou customização de soluções, e que, portanto, demandam maior grau de expertise técnica para sua execução. Nessas situações, os critérios de seleção podem envolver não apenas o preço, mas também aspectos técnicos, como qualificação técnica, capacidade de execução e inovação, entre outros.

A ESTUDO TÉCNICO DE VIABILIDADE PARA CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS PÚBLICOS OFICIAIS, DEVIDAMENTE CREDENCIADOS PELA JUNTA COMERCIAL, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ESTRUTURAÇÃO E REALIZAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS, PRESENCIAIS OU ELETRÔNICOS, VISANDO À ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ - PR, INCLUINDO LEVANTAMENTO, AVALIAÇÃO, DIVULGAÇÃO, CONDUÇÃO DOS LEILÕES E PROCEDIMENTOS DECORRENTES, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, a presente contratação tem por objetivo atender à demanda da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município, no que se refere à alienação de bens móveis e imóveis considerados inservíveis para a Administração Pública Municipal Direta e Indireta. Tais bens, acumulados ao longo do tempo, encontram-se armazenados de forma inadequada, devido à inexistência de estrutura física adequada para seu depósito, o que acarreta em constante deterioração e perda de valor patrimonial.

A fim de conferir maior economicidade, eficiência e legalidade ao processo de desfazimento desses bens, faz-se necessária a contratação, por meio de credenciamento, de Leiloeiro Público Oficial devidamente habilitado e credenciado junto à Junta Comercial, conforme previsto na legislação vigente. A atuação de um profissional qualificado permitirá a realização de leilões públicos com a devida transparência, legalidade e segurança jurídica, garantindo o retorno financeiro à municipalidade por meio da conversão dos bens inservíveis e irrecuperáveis em receita pública.

2.1.1.JUSTIFICATIVA (art. 18, I c.c §1º I da Lei 14.133/2021)

Essa medida visa ainda minimizar perdas patrimoniais, evitar o agravamento do sucateamento, e permitir novos investimentos na aquisição de bens que atendam às necessidades operacionais e administrativas da Prefeitura. Ressalta-se que o Município não dispõe, em seu quadro de pessoal, de servidores habilitados ou legalmente aptos para exercer

a função de leiloeiro, o que justifica a adoção do modelo de credenciamento, como forma mais eficiente e célere para suprir essa necessidade específica.

Dessa forma, a contratação de leiloeiro oficial por credenciamento se mostra imprescindível para o cumprimento das obrigações legais da Administração, assegurando a destinação correta dos bens públicos inservíveis, a geração de receitas e a melhoria da gestão patrimonial do Município.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. Local: PREFEITURA MUNICIPAL

3.2. Solicitante/Diretor: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (§1º, III, do art. 18 da Lei 14.133/2021)

- 4.1.** O prazo total para a execução completa dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato, conforme o cronograma que será apresentado pela contratada e aprovado pela Administração.
- 4.2.** Ser Leiloeiro Público Oficial regularmente credenciado na Junta Comercial do respectivo Estado, nos termos da legislação aplicável;
- 4.3.** A contratação deve abranger, no que couber, aos bens móveis e imóveis, remoção e/ou locomoção, visitas e organização de leilões públicos por meio de leiloeiro oficial, de bens considerados inservíveis, em que são realizados todos os trâmites necessários à regularização dos bens alienados.
- 4.4.** A contratada deve arcar com todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a prestação do serviço.
- 4.5.** Comprovação de experiência anterior na realização de leilões públicos, presenciais e/ou eletrônicos, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por entes públicos ou privados.
- 4.6.** Possuir infraestrutura própria para realização de leilões eletrônicos e/ou presenciais, conforme o caso.
- 4.7.** Disponibilidade para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Administração durante a vigência do credenciamento.

4.8. A avaliação dos bens móveis inservíveis a serem leiloados pelo Município ficará a cargo das Comissões Especiais de Avaliação de Bens Inservíveis nomeadas pelo município, que procederão o levantamento do preço de mercado dos itens a serem leiloados no momento da realização do leilão.

4.9. Da condição de participação: Poderão aderir ao credenciamento pessoas físicas que sejam Leiloeiros Oficiais, devidamente cadastrados na categoria de classe, que reúnam as condições de qualificação exigidas.

4.10. O regime da prestação do serviço será da seguinte forma, observados os requisitos supra (art. 18, VII da Lei 14.133/2021):

4.10.1. O Leiloeiro Público Oficial contratado atuará nos leilões promovidos pela Contratante, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto nº 21.981/1932, no período de vigência contratual, devendo-se observar, para a execução do objeto, sem prejuízo das obrigações da contratante e contratada descritas neste Termo de Referência, a seguinte dinâmica:

4.10.2. NO QUE SE REFERE AOS BENS MÓVEIS:

- a) Os bens ficarão sob a guarda e responsabilidade da Contratante. Caso haja necessidade de locomoção dos bens, por parte da contratada, esta, deverá estar apta a efetuar todos os procedimentos necessários a viabilizar a remoção ou locomoção.
- b) As peças ou partes eventualmente danificadas e separadas dos bens deverão permanecer junto a este, no caso de veículo, preferencialmente em seu interior.
- c) No caso da existência de objetos deixados no interior de veículos, estes devem permanecer dentro deste, salvo se perecíveis ou na impossibilidade de fechamento e lacração do veículo por dano, ocasião em que deverão ser identificados e relacionados no documento de recolhimento, em seguida acondicionados em local próprio até a entrega ao arrematante.

4.10.3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO:

- a) Os serviços serão executados sempre que a Contratada for acionada pela Contratante, por meio de Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento.
- b) O documento gerado por ocasião da vistoria dos bens, retratando as condições e dados identificadores do ativo deverá compor cadastro que deve ser alimentado pela Contratada e disponibilizado sempre que solicitado pelo Contratante.

- c) Para entrega ao arrematante deverá ser efetuada nova vistoria e emissão de termo de entrega.
- d) Os serviços de leilão deverão ser prestados desde a fase de reunião dos lotes até o encerramento do Leilão, entendido este como sendo a fase de prestação de contas entre a Contratada e o Contratante.
- e) Os leilões dos bens inservíveis serão realizados exclusivamente via eletrônico.
- f) Leiloeiro Público Oficial deverá dispor de sistema informatizado para controle das atividades inerentes à venda dos bens, assim como fornecer relatórios gerenciais em cada fase do processo (a exemplo de cadastramento de bens, administração/realização do Leilão oficial, relatório específico dos leilões, prestação de contas sobre a venda do bem, dentre outros).
- g) O leiloeiro deverá efetuar a entrega dos bens aos arrematantes após seu pagamento e efetuada a transferência de proprietário ou comunicado de venda, quando se tratar de sucata, após solicitação de baixa junto ao DETRAN. Dar suporte técnico e operacional às atividades necessárias que sucedem à realização da hasta pública: da preparação processual até a baixa dos débitos e diligenciamento junto aos órgãos de trânsito competentes ou cartórios, conforme o caso.
- h) Prestar contas através de Relatório Final contendo “DEMONSTRATIVO FINANCEIRO” de comprovantes de pagamentos (Notas Fiscais) correspondentes, dentro do prazo máximo de 10 (vinte) dias úteis a contar da data de homologação do leilão, fazendo-se menção à realização das atividades realizadas.
- i) No Relatório final deverá constar, no mínimo, descrição do bem, valor inicial, valor de arremate e percentual de ganho para cada bem, CPF/CNPJ e nome completo do Arrematante Comprador, quantidade de lotes arrematados e quantidade de lotes não arrematados e as possíveis razões para o insucesso de venda valor de avaliação e de arremate para cada lote, bem como a informação quanto a quantidade de bens com gravames ainda não resolvidos.
- j) O Relatório final somente será aprovado pela Contratante se cumpridas, pela Contratada, todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

- k) A Contratante dispõe do prazo de 10 (dez) dias úteis para analisar o Relatório Final.
- l) Publicar na internet o resultado dos leilões.

4.10.4. CRITÉRIOS PARA REALIZAÇÃO DO LEILÃO:

- a) O Leiloeiro verificará as propostas de preços apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no termo de Referência, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem a descrição dos serviços compatíveis com o objeto do Leilão.
- b) A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os Licitantes;
- c) A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação;
- d) O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- e) O critério de julgamento será o de MAIOR VALOR obtido, a ser pago para Administração Municipal pelo Arrematante-Comprador.

4.10.5. DA FORMA DE REPASSE DO VALOR ARREMATADO AO MUNICÍPIO E DA REMUNERAÇÃO DO LEILOEIRO:

- a) Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, não sendo de responsabilidade do leiloeiro ou do Município, quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.
- b) Os bens serão vendidos somente à vista nas condições fixadas no regulamento do leilão, devendo ser observadas as condições para garantia e pagamento previstas neste Termo de Referência e no Termo de Referência do leilão.
- c) Havendo descumprimento de qualquer das obrigações previstas neste Termo de Referência e no contrato de prestação de serviços, o Contratante registrará em relatório as irregularidades porventura encontradas, encaminhando cópia ao Contratado/leiloeiro para imediata correção das falhas detectadas, sem prejuízo

da aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e no próprio contrato.

- d) Para a realização dos leilões deverão ser observadas as condições e exigências previstas na legislação aplicável e na minuta do contrato de prestação de serviço, especialmente as obrigações do leiloeiro.
- e) A critério do Contratante, as avaliações dos bens móveis realizadas pelo leiloeiro poderão ser revistas a qualquer tempo.

5. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO (Art. 18, VIII da Lei 14.133/2021):

5.1. A contratação de leiloeiro enquadra-se em hipótese prevista no artigo 31 da Lei Federal nº 14.133/21 por se caracterizar licitação passível de credenciamento. Nesse sentido, serão feitos os credenciamentos e posteriormente haverá rotatividade para prestação do referido serviço.

5.1.1. DA SESSÃO DE CREDENCIAMENTO:

- 5.1.1.1. Em sessão pública, a realizar-se por meio de plataforma eletrônica, informada em Edital, a Comissão de Contratação responsável receberá a documentação de credenciamento do interessado.
- 5.1.1.2. A Comissão de Contratação procederá a finalização dos credenciamentos, elaborando o rol de credenciados, sendo que a relação numerada obedecerá ao critério de ordem de credenciamento, conforme protocolo de documentação realizado dentro do sistema.
- 5.1.1.3. A ordem de credenciamento dos leiloeiros será utilizada de forma a se estabelecer a ordem de designação e o rodízio dos leiloeiros, e será rigorosamente seguida, mantendo-se a sequência, a começar pelo primeiro a entregar a documentação dentro do sistema.
- 5.1.1.4. O leiloeiro que rejeitar a designação, ou estiver suspenso/impedido de realizar leilões, perderá a vez, situação em que será chamado o próximo na ordem de classificação.

5.1.1.5. Havendo descredenciamento de Leiloeiros, sua posição será ocupada pelo próximo na ordem de classificação, reordenando os demais.

5.1.1.6. Após a classificação dos leiloeiros poderá ser realizado o credenciamento de outros leiloeiros, desde que os mesmos atendam as especificações do Termo de Referência e serão classificados após os leiloeiros já classificados e ordenados.

5.1.2. DA ORDEM DE CONVOCAÇÃO DOS LEILOEIROS CREDENCIADOS.

5.1.2.1. Na data e horários fixados no Edital, os interessados deverão se credenciar dentro da plataforma eletrônica, sendo a ordem dos prestadores de serviço definida posteriormente de acordo com a ordem de entrega da documentação de credenciamento.

5.1.2.2. O Município não credenciará o leiloeiro que tenha recebido qualquer tipo de penalidade em contrato anteriormente mantido com o órgão, devidamente comprovado.

5.1.2.3. Para fins de ordenamento, o leiloeiro cadastrado em primeiro lugar será contratado para realizar o leilão. O leiloeiro cadastrado em segundo lugar ocupará o segundo lugar na preferência de contratação e assim sucessivamente.

5.1.2.4. Após a conferência de documentação e credenciamento dos leiloeiros, a Comissão de Contratação divulgará o resultado do certame contendo os credenciamentos deferidos e indeferidos, bem como a ordem de convocação dos leiloeiros regularmente credenciados, observando rigorosamente a data de entrega da documentação. O resultado será publicado.

5.1.2.5. Se a quantidade de leiloeiros selecionados for inferior ao número de leilões programados, os procedimentos administrativos posteriores estarão sujeitos a começar novamente pela lista de credenciados.

5.1.3. DO DESCREDENCIAMENTO: Haverá o cancelamento do credenciamento do leiloeiro, nos seguintes casos:

5.1.3.1. Receber 03 (três) advertências pelo mesmo motivo;

5.1.3.2. Recusa injustificada em assinar o Contrato para realização das atividades objeto deste Termo;

5.1.3.3. Omissão de informações ou a prestação de informações inverídicas para obter

credenciamento em face do presente Termo de Referência;

- 5.1.3.4. Decretação de falência ou instauração de insolvência civil;
- 5.1.3.5. Falsidade ideológica;
- 5.1.3.6. Infração à Lei, bem como à legislação de regência;
- 5.1.3.7. Descumprimento na execução dos serviços a serem realizados pelo credenciado como negligência, imprudência e imperícia;
- 5.1.3.8. Cessão total ou parcial da prestação do serviço sem a anuência da Prefeitura, secretaria requisitante;
- 5.1.3.9. Divulgação, pelo credenciado, de informações do interesse exclusivo da Prefeitura, obtidas em decorrência do credenciamento;
- 5.1.3.10. Omitir ou prestar informações inverídicas aos interessados sobre os bens ou as condições de venda que resultem na posterior desistência do adquirente em realizar a compra;
- 5.1.3.11. Deixar de devolver a comissão paga pelo arrematante, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da comunicação do fato, nos casos em que a providência for justificada e determinada;
- 5.1.3.12. Quanto ao cancelamento do Instrumento de Credenciamento, destaca-se que:
 - a) Ocorrendo o cancelamento, por descumprimento das condições contratuais, o profissional descredenciado deverá, no prazo de 5(cinco) dias úteis, recolher os bens em local a ser determinado pelo município, transferir os valores ainda pendentes de repasse decorrentes de alienações e prestar contas de toda a documentação que lhe foi confiada, fazendo a entrega dos respectivos dossiês protocolados no município;
 - b) A Prefeitura Municipal, não se responsabiliza pelo pagamento de nenhum valor em decorrência do cancelamento do credenciamento;
 - c) Também será cancelado o credenciamento a pedido, desde que o credenciado não possua atividade pendente de conclusão.
 - d) No caso de o leiloeiro pedir o seu descredenciamento, havendo obrigações "em aberto", o deferimento do pedido fica condicionado ao seu cumprimento integral;
 - e) O leiloeiro deverá ser formalmente notificado do cancelamento do seu credenciamento.

- f) O descredenciamento será precedido de observância ao contraditório e à ampla defesa.

6. DOCUMENTOS A SEREM EXIGIDOS EM EDITAL LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO AO DISPOSTO NO ART. 70 DA LEI 14.133/2021:

6.1 Habilitação jurídica: ato constitutivo (art. 66 da Lei 14.133/2021).

- 6.1.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 6.1.2 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de **Microempreendedor** Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 6.1.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 6.1.4 **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 6.1.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 6.1.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária -** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

6.1.7 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.2 Habilitação fiscal e Trabalhista: (Art. 68, da Lei 14.133/2021).

- 6.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (**CNPJ**);
- 6.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 6.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);
- 6.2.4 Declaração de que **não emprega menor** de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 6.2.5 Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- 6.2.6 Prova de **inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 6.2.7 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 6.2.8 Prova de **regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal** ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 6.2.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos **estaduais/municipais** ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a

apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

6.3 Habilitação econômico-financeira: (Art. 69, I, II, da Lei 14.133/2021).

6.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

☒ Aplica; ☐ Não se aplica

6.3.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

☒ Aplica; ☐ Não se aplica

6.3.3 Os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social, caso a empresa tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

6.3.4 As empresas criadas no exercício financeiro do processo de contratação direta deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

6.3.5 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou do contrato/estatuto social.

6.4. Habilitação (PESSOA FÍSICA)

6.4.1. Cédula de Identidade;

6.4.2. Comprovante de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda;

6.4.3. Certidão de Regularidade da Fazenda Pública Federal, conjunta com a Dívida Ativa da União;

6.4.4. Certidão de Regularidade da Fazenda Pública Estadual;

6.4.5. Certidão de Regularidade da Fazenda Pública Municipal (da sede do licitante);

6.4.6. Certidão de Regularidade do INSS, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

6.4.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho, disponível no site www.tst.jus.br/certidao), para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante

a Justiça do Trabalho, nos termos do art. 62, III, Lei nº 14.133/21 e art. 642- A da CLT (incluído pela Lei nº 12.240/11);

6.5. Qualificação Técnica: (Art. 67 da Lei 14.133/2021).

6.5.1. Atestado (s) de capacidade técnica emitida (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove (m) ter o leiloeiro executado de forma satisfatória leilão de bens móveis, na forma eletrônico concomitante com o presencial, devendo este ser confeccionado em papel timbrado do signatário.

Prova da matrícula na Junta Comercial do Estado, nos termos do Decreto Federal nº 21981, de 19/10/1932.

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO | DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (ART. 18, §1º, V e VI da Lei 14.133/2021)

Para subsidiar a presente contratação, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar os parâmetros praticados por outras administrações públicas na contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais.

A pesquisa demonstrou que a forma usual e consolidada de remuneração desses profissionais consiste na **cobrança de comissão diretamente do arrematante**, incidente sobre o valor de venda de cada bem arrematado. O percentual de **5% (cinco por cento)** tem se mostrado prática recorrente e aceita como padrão de mercado, por garantir equilíbrio entre a atratividade para o profissional e a economicidade para a Administração Pública.

Diversos municípios, em editais e termos de credenciamento disponíveis publicamente, adotaram o mesmo percentual de comissão de 5%, como forma de remuneração pelo serviço de condução de leilões públicos. Essa uniformidade evidencia a adequação da solução proposta, reforçando a viabilidade técnica e a compatibilidade com os preços praticados no setor.

A escolha por essa sistemática também se justifica por não gerar ônus financeiro para o Município, uma vez que a remuneração do Leiloeiro será integralmente custeada pelo arrematante, conforme estabelecido em lei e em conformidade com as práticas administrativas correntes.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (§1º, VII, art. 18 DA LEI 14.133/2021)

8.1. O Município de São João do Caiuá - PR, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, identificou a necessidade de promover a alienação de bens móveis inservíveis por meio de leilões públicos, diante do acúmulo de materiais sem utilidade administrativa, da ausência de espaço físico adequado para armazenamento e da crescente deterioração patrimonial. Para alcançar essa finalidade, foram analisadas **duas soluções possíveis**:

8.1.1 Opção 1 – Contratação de Leiloeiro Público Oficial, por meio de credenciamento: Consiste na contratação de profissionais legalmente habilitados como **Leiloeiros Públicos Oficiais, devidamente credenciados na Junta Comercial**, para realizar leilões públicos presenciais ou eletrônicos, mediante **credenciamento, com remuneração fixada em 5% (cinco por cento) sobre o valor de arremate**, paga exclusivamente pelo arrematante.

Esta solução inclui, sem ônus para a Administração:

- Levantamento e avaliação dos bens;
- Divulgação e publicidade do leilão;
- Condução do leilão presencial ou eletrônico;
- Emissão dos relatórios, recibos e demais documentos;
- Recolhimento e repasse dos valores devidos ao Município.

Vantagens:

- Sem custos diretos para o Município;
- Modelo amplamente utilizado e consolidado em outros entes públicos;
- Profissionais já regulados por legislação específica (Decreto nº 21.981/1932);
- Garantia de legalidade, economicidade e especialização técnica;
- Agilidade na contratação via credenciamento.

Opção 2 – Execução Direta pela Administração Pública: Nesta alternativa, o Município promoveria a alienação dos bens diretamente, utilizando servidores próprios para realizar os procedimentos de avaliação, organização, divulgação e condução do leilão, conforme as regras da Lei nº 14.133/2021.

Desvantagens identificadas:

- O Município **não dispõe de servidores com habilitação legal para exercer a função de leiloeiro**, conforme exige o Decreto nº 21.981/1932;
- Demandaria **capacitação técnica e jurídica específica**, além de investimento em plataformas eletrônicas ou estrutura física para leilões presenciais;
- Envolvimento de diversos setores administrativos, com risco de comprometer a eficiência operacional;
- Maior tempo e custo na organização e execução do processo, contrariando os princípios da economicidade e eficiência.

Justificativa da Escolha

Diante da análise comparativa, a **solução mais vantajosa para a Administração Pública** é a **contratação de Leiloeiro Público Oficial por meio de credenciamento**, com remuneração custeada integralmente pelos arrematantes. Esta alternativa garante **eficiência, legalidade, especialização técnica, menor risco operacional e ausência de impacto orçamentário para o Município**. Ademais, trata-se de modelo amplamente adotado por outros entes públicos, conforme verificado no levantamento de mercado, e plenamente alinhado aos princípios da Nova Lei de Licitações e Contratos, especialmente quanto à busca pela **melhor relação entre custo e benefício** para a Administração.

LEI 14.133/2021)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR
1	Contratação de Leiloeiro Público Oficial que utilize plataforma eletrônica para a realização de leilão de bens inservíveis.	MES	12	5% a ser pago pelo arrematante sobre o valor do bem alienado.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (§1º, VI, art. 18 DA LEI 14.133/2021)

- 10.1. Pela prestação de serviços, o leiloeiro receberá o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor de venda de cada bem arrematado, a ser pago pelo arrematante no ato do leilão.
- 10.2. Não cabe ao Município qualquer responsabilidade pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos despendidos pelo leiloeiro para recebê-la.
- 10.3. O leiloeiro fará jus única e exclusivamente ao recebimento de comissão de 5% (cinco por cento) sobre o valor da venda, diretamente do arrematante, nos termos do art. 24, caput e parágrafo único, do Decreto Federal 21.981/32, renunciando ao recebimento de demais taxas para custeio de publicidade e despesas administrativa.
- 10.4. O leiloeiro será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos e demais despesas que se façam necessárias à execução dos serviços contratados.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS (§1º, IX, art. 18 DA LEI 14.133/2021)

- 11.1 Com esta contratação, o Município busca realizar, de forma eficiente, legal e transparente, leilões públicos presenciais ou eletrônicos para a alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio municipal. Pretende-se, com isso, reduzir o acúmulo de materiais obsoletos, evitar o sucateamento e a depreciação de bens parados, gerar receita para os cofres públicos e possibilitar a aplicação desses recursos em áreas prioritárias da Administração. A contratação de Leiloeiro Público Oficial, remunerado exclusivamente pelo arrematante, permitirá à Prefeitura atender

essa demanda com economicidade, agilidade e segurança jurídica, suprimindo a ausência de estrutura interna qualificada para realizar tais atividades diretamente.

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (§1º, VIII, art. 18 DA LEI 14.133/2021)

O parcelamento do objeto é aplicável s presente contratação

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES ²(§1º, XI, art. 18 DA LEI 14.133/2021)

13.1. . Na ocasião de elaboração deste pregão Eletrônico, não há uma contratação correlata em andamento ou que tenha relação de dependência uma com outra, portanto, não se aplica.

14. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (§1º, II, art. 18 DA LEI 14.133/2021)

14.1. A presente contratação encontra respaldo institucional tendo compatibilidade com o plano plurianual e com as leis de diretrizes orçamentárias; e, adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual. Bem como, faz parte do planejamento anual deste Departamento.

14.1.1. Apesar de não ter sido inserido a referida contratação no Plano anual de contratações, **esta secretaria, dispõe de um cronograma/planilha com os serviços e materiais que necessita adquirir ao longo do exercício financeiro com seu planejamento estratégico com base na Lei Orçamentária desta municipalidade.**

14.1.2. Além disso, a elaboração do PAC – Plano Anual de contratações não é obrigatório na nova Lei de Licitações. (art. 18, §1º II da Lei 14.133/2021).

15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (§1º, X, art. 18 DA LEI 14.133/2021)

15.1. Elaboração de termo de referência.

15.2. Autorização da autoridade competente.

15.3. Elaboração de Edital.

² **Contratação correlata** é um termo que se refere à contratação de serviços ou produtos que estão relacionados ou correlacionados com o serviço ou produto principal. **Contratação interdependente** é um termo que se refere a um tipo específico entre dois ou mais processos, no qual as obrigações e responsabilidades de cada processo estão ligadas de tal maneira que o cumprimento de um depende do cumprimento do outro.

15.4. Processamento da licitação.

15.5. Contratação.

15.6. Em relação à solução definida, se vislumbra necessidades de tomada de providências de adequações. ☐ Sim; ou ☒ Não;

15.6.1. Logística:

Não há necessidade de adequação logística (fornecimento de materiais).

15.6.2. Infraestrutura tecnológica:

Não há necessidade de adequação na infraestrutura tecnológica.

15.6.3. Infraestrutura elétrica:

Não há necessidade de adequação na infraestrutura elétrica.

15.6.4. Espaço físico:

Não há necessidade de adequação no espaço físico.

15.6.5. Mobiliário:

Não há necessidade de adequação de mobiliário.

16. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (§1º, XII, art. 18 DA LEI 14.133/2021)

A contratada deverá seguir mecanismos de implementação da sustentabilidade, devendo no que couber, durante toda a execução contratual, observar os critérios de sustentabilidade ambiental e a implementação de ações que reduzam os impactos ambientais.

17. MAPEAMENTO DE RISCOS (Art. 18, X DA LEI 14.133/2021)

17.1. A contratação, embora vantajosa, pode apresentar os seguintes riscos à Administração Pública:

17.1.1. Baixa adesão de profissionais ao credenciamento, o que pode comprometer a efetividade do procedimento caso não haja interessados suficientes ou qualificados.

17.1.2. Desistência ou inexecução parcial do leiloeiro, que, mesmo credenciado, pode não cumprir as obrigações assumidas, como avaliação adequada dos bens, divulgação eficaz ou cumprimento dos prazos.

- 17.1.3. Avaliação incorreta ou subavaliada dos bens, o que pode resultar em alienação por valores inferiores ao potencial de mercado, gerando prejuízo financeiro e questionamentos futuros.
- 17.1.4. Falta de transparência ou falhas na publicidade do leilão, que podem comprometer a competitividade e a legitimidade do processo, além de expor a Administração a questionamentos jurídicos.
- 17.1.5. Erros ou omissões na documentação dos leilões (relatórios, recibos, registros), que podem gerar problemas na prestação de contas e na responsabilidade patrimonial.
- 17.1.6. Problemas técnicos na realização de leilões eletrônicos, caso a plataforma utilizada pelo leiloeiro não seja confiável, segura ou acessível aos interessados.
- 17.1.7. Controvérsias jurídicas ou recursos de arrematantes, especialmente em casos de cancelamento de lotes, falhas na descrição de bens ou problemas na transferência de propriedade.
- 17.1.8. Incompatibilidade entre a comissão prevista e os valores praticados no mercado, em casos excepcionais que possam gerar desinteresse ou até cobrança indevida aos arrematantes.
- 17.2. Esses riscos, no entanto, podem e devem ser mitigados por meio de medidas preventivas, como:
- 17.2.1. Estabelecimento de critérios claros no edital de credenciamento;
- 17.2.2. Exigência de documentação de qualificação técnica e regularidade;
- 17.2.3. Fiscalização ativa da execução do serviço por parte da Administração;
- 17.2.4. Acompanhamento e conferência dos relatórios e documentos pós-leilão;
- 17.2.5. Inclusão de cláusulas de penalidade por descumprimento contratual.

18. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE (§1º, XIII, art. 18 DA LEI 14.133/2021)

- 18.1. O presente estudo técnico preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item "ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA" se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária, tendo em vista que a competição se torna inviável pela impossibilidade da locação de outro imóvel, razão pela qual a contratação deverá ser feita por inexigibilidade de licitação nos termos do art. 74, da Lei 14.133/2021. Diante do exposto, a secretaria requisitante, declara, **VIÁVEL** a contratação pretendida.

19. RESPONSÁVEIS

Responsável pela Elaboração do ETP : ALEXANDRE MARTINS BELATO



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO CAIUÁ - PR

CNPJ: 76.238.435/0001-30

Fone: (44) 3445-8150

E-mail prefeitura@saojoaodocaiua.pr.gov.br

Rua Dom Pedro II nº 800, Caixa Postal nº 01

CEP 87.740-000 – São João do Caiuá - Paraná

ALEXANDRE MARTINS BELATO

Secretario de Administração e Finanças